

IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00003014-6

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado pelo Promotor de Justiça, doravante denominado simplesmente **Ministério Público**, e **PAULO ANTÔNIO BASTOS**, brasileiro, convivente, autônomo, portador do RG n. 2.506.723, inscrito no CPF n. 691.611.519-04, residente e domiciliado no final da Rua Maria Luíza Agostinho, no Itacorubi, doravante denominado simplesmente **Compromissário**, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO a função institucional do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal do art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e art. 5º, *caput*, da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que na defesa de tais interesses e direitos pode o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 1985;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade

de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República);

CONSIDERANDO a constatação, pela Polícia Militar Ambiental, da prática de condutas causadoras de dano ambiental, no imóvel localizado no final da Rua Maria Luíza Agostinho, no Itacorubi, notadamente: a) a construção de obras em Área de Preservação Limitada e em Área de Preservação Permanente; b) a criação de animais em área de preservação permanente; e c) a manutenção de roçada em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados, conforme art. 225, § 3º da Constituição Federal;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Compromisso a reparação do dano ambiental causado pela realização de obras e criação de animais de forma não autorizada em Área de Preservação Limitada (APL) e em Área de Preservação Permanente (APP) no imóvel localizado no final da Rua Maria Luíza Agostinho, Bairro Itacorubi, em Florianópolis, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

§ 1º O **Compromissário** obriga-se a reparar o dano ambiental, mediante o desfazimento de todas as obras e a retirada das cercas e demarcações realizadas em Área de Preservação Limitada (APL) e em Área de Preservação Permanente (APP), no prazo de 90 (noventa) dias, à exceção de sua residência e da edificação atribuída ao seu irmão Salmo.

§ 2º O **Compromissário** obriga-se, no mesmo prazo, a protocolar junto à Administração Pública Municipal processo de regularização da edificação de alvenaria identificada como residência de seu irmão Salmo, dando imediata ciência ao Ministério Público.

§ 3º A não obtenção da regularização da edificação mencionada no parágrafo anterior implicará a obrigação de seu desfazimento.

§ 4º O **Compromissário** obriga-se ao cumprimento das diligências complementares solicitadas pelos órgãos licenciadores no prazo estipulado.

§ 5º O **Compromissário** obriga-se a não promover qualquer intervenção no imóvel ou na servidão de acesso sem prévia autorização da Floram.

§ 6º O **Compromissário** obriga-se a remover os animais de manejo não autorizado pelo órgão ambiental no prazo estabelecido no § 1º.

§ 7º O **Compromissário** obriga-se a não promover o parcelamento do solo do bem imóvel objeto deste Termo de Compromisso sem autorização do órgão competente e não vender lotes dele decorrentes.

§ 8º Fica o **Compromissário** alertado que o parcelamento do solo não autorizado pela autoridade competente constitui crime previsto no art. 50 da Lei Federal n. 6.766, de 1979, com pena de reclusão de um a cinco anos, e multa, e que a supressão não autorizada de vegetação e a construção em área de preservação permanente constituem crimes ambientais previstos na Lei Federal n. 9.605, de 1998.

§ 9º O **Compromissário** consente, desde já, que o Município ou a Floram, ultrapassado o prazo do § 1º, adentrem no terreno e adotem as providências necessárias ao desfazimento das estruturas referidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o **Compromissário** ficará sujeito a multa no

valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo de outras medidas judiciais, da execução específica e da persecução criminal, sendo o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º O **Ministério Público** obriga-se a não agir judicialmente contra o **Compromissário** em relação ao objeto deste ajuste, enquanto ele for cumprido.

§ 2º As partes elegem o foro da Comarca da Capital para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

§ 3º O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será eficaz a partir de sua assinatura.

E, por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Florianópolis, 16 de outubro de 2019.

Rogério Ponzi Seligman
Promotor de Justiça

Paulo Antônio Bastos
Compromissário

Testemunhas:

Marcos Leandro Gonçalves da Silva: _____.

Francisco Antônio da Silva Filho: _____.